

# Comprasnet

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

Login: 00591646110 - PEDRO PAULO TOURINHO PIRES

[Serviços do Governo RDC](#)[Voltar para Área de Trabalho](#)[Logout](#)

RDC - Ambiente Produção

## Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

UASG: 395001 - EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A - EPL

Licitação nº: 5/2021 

Modo de Disputa: Fechado

Número do Item: 1

Nome do Item: Estudos e Projetos de Viabilidade Técnico - Econômico

Tratamento Diferenciado: Sem benefícios

Sessões Públicas: **Atual**

### Recursos do Item - Sessão Pública 1 (Atual)

22.111.570/0001-91 - HOUER CONSULTORIA E CONCESSOES LTDA

17.469.843/0001-34 - INFRACEA CONTROLE DO ESPACO AEREO, AEROPORTOS E CAPACIT

12.285.441/0001-66 - TPF ENGENHARIA LTDA

05.093.144/0002-34 - LOGIT ENGENHARIA CONSULTIVA LTDA

#### Intenção de Recurso

Data/Hora: 09/06/2021 10:42

**Julgamento de Proposta:** Declaro que desejo entrar com intenção de recurso na fase de julgamento de proposta**Habilitação de Fornecedor:** Declaro que desejo entrar com intenção de recurso na fase de habilitação

#### Recurso

Data/Hora: 16/06/2021 21:32

**Motivo do Recurso / Justificativa da Desistência:** ATENÇÃO: TENDO EM VISTA A IMPOSSIBILIDADE DE ANEXAR FOTOS NO ARQUIVO, ENCAMINHAREMOS, VIA E-MAIL, O RECURSO COM TODAS AS IMAGENS COLACIONADAS, DEVIDAMENTE INDICADAS NOS LOCAIS CORRESPONDENTES DO TEXTO. AO SENHOR PRESIDENTE PEDRO PAULO TOURINHO PIRES DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - RCE Nº 05/2021 Ref.: Processo nº 50840.100485/2021-50 RCE Eletrônico nº 05/2021 LOGIT ENGENHARIA CONSULTIVA LTDA., líder do consórcio formado pelas sociedades QUEIROZ MALUF SOCIEDADE DE ADVOGADOS, JGP CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA E DB BRASIL ENGENHARIA LTDA, já qualificada no âmbito desta Licitação, e doravante designados em conjunto como "RECORRENTE", vem, tempestivamente, por meio de seus representantes que esta subscrevem (Doc. 01) apresentar seu RECURSO ADMINISTRATIVO de acordo com o item 11.1.1 do Instrumento Convocatório, em face do ato que classificou o Consórcio EC – RSA (Eagle Consultoria Econômica e de Engenharia LTDA – EC Projetos e Ricci e Santos Sociedade De Advogados - RSA), conforme as razões de fato e de direito a seguir expostas. I – DO OBJETO DO PRESENTE RECURSO ADMINISTRATIVO 1. Trata-se de licitação para a contratação de empresa especializada para elaboração de Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica, Ambiental e Jurídica ("ESTUDOS") e proposição de minutas de documentos jurídicos para subsidiar a modelagem de parceria público-privada, na modalidade concessão patrocinada ("PPP" ou "CONCESSÃO PATROCINADA"), para expansão, exploração e manutenção de bloco de 8 (oito) aeroportos outorgados a municípios do Estado do Amazonas. 2. Em conformidade com a com sistemática prevista no Edital, a abertura da sessão pública foi prevista para o dia 31 de maio de 2021, às 09h00min. 3. Ato contínuo, o Presidente da Comissão Especial de Licitação, acompanhado da Equipe de Apoio, designados pela Portaria 126, de 20 de maio de 2021, analisou a Proposta e da habilitação jurídica, regularidade fiscal (INSS e FGTS) e qualificação

econômico-financeira, apresentada pelo CONSÓRCIO EC – RSA, no âmbito do referido RCE, disponibilizada nos autos do presente processo, no Portal de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)), bem assim no Portal da EPL (<https://www.epl.gov.br/rce-eletronico-n-05-2021>). 4. Por meio do Parecer de Habilitação nº 3/2021/COLIC-EPL/GELIC-EPL/DGE-EPL, de 01 de junho de 2021, a Comissão Especial de Licitações - RCE nº 05/2021 entendeu que a documentação da Proposta Comercial poderia ser aceita, mediante o atendimento das considerações elencadas abaixo, in verbis: "9.1.1. a documentação de Proposta Comercial poderá ser aceita, mediante o atendimento das considerações elencadas abaixo; 9.1.2. a documentação de habilitação (Jurídica e Fiscal) atendeu todas as exigências previstas nos subitens 8.2 e 8.3 do Edital; 9.1.3. quanto a documentação de habilitação (Econômico-financeira), será realizado diligência à licitante quanto a apresentação de Certidão de Falência e Concordata; 9.1.4. quanto aos anexos II a VI não apresentados, será realizado diligência à licitante para envio dos aludidos; e 9.1.5. acerca da exequibilidade da proposta será solicitado informações complementares a licitante, conforme item 7.3.2 do Edital." 5. À vista disso, de modo cronologicamente contraditório, posteriormente em 02 de junho de 2021 os autos foram analisados pela área técnica que proferiu a Nota Técnica nº 7/2021/ASSDPL-EPL/DPL-EPL, concluindo, em resumo, que o Consórcio Eagle-Ricci não atendeu à integralidade dos requisitos previstos no Edital RCE nº 05/2021, sendo imperativa a realização de diligências, para que o Consórcio tivesse a oportunidade de (i) "comprovar, nos atestados já encaminhados, tempo de experiência de 'profissional com mais de 10 (dez) anos de experiência no setor de infraestrutura de transportes e logística", nos termos do item 8.4 do Projeto Básico; e (ii) demonstrar a "exequibilidade de sua proposta em prazo compatível, mediante a apresentação de documentos capazes de comprovar que o valor de sua proposta é adequada à execução do objeto, mediante, por exemplo, a juntada de planilha orçamentária detalhada, acompanhada das devidas justificativas". 6. Feita a diligência, por intermédio da Nota Técnica nº 8/2021/ASSDPL-EPL/DPL-EPL analisaram-se as justificativas e aos documentos encaminhados. Em síntese, o Diretor de Planejamento entendeu que: (i) "Vê-se que o Consórcio apresentou documentos aptos a comprovar experiência do profissional como economista no setor de transportes e logística desde 01º de novembro de 2009 (carteira de trabalho, currículo do sistema Lattes e contrato social da empresa Eagle), o que atende aos requisitos editalícios."; e (ii) "Com o objetivo de se desincumbir da presunção de inexecuibilidade de sua oferta de preços, o Consórcio apresentou "orçamento detalhado" que balizou sua proposta. De acordo com a licitante, a planilha orçamentária comprovaria a exequibilidade de sua oferta, pois o preço apresentado seria compatível com a plena execução dos serviços, dada a sua estrutura de custos. Analisando-se os itens indicados, valores previstos com serviços de terceiros, passagens e despesas de locomoção, diárias, material de consumo, quantidade e especialidade de profissionais indicados, quantidade de horas alocadas, valor das respectivas remunerações e margem de lucro, vê-se que, apesar do desconto expressivo em relação ao valor estimado da contratação, a licitante apresentou orçamento coerente com a execução dos serviços a serem contratados.". 7. Como resultado, concluiu-se que (i) o profissional indicado como coordenador-geral possui experiência de pelo menos dez anos no setor de transportes e logística, como exigido pelo Edital; e (ii) o Consórcio comprovou a exequibilidade de sua oferta de preços, como demonstrado no item III desta Nota Técnica. 8. Em 09 de junho de 2021, por meio do Parecer de Habilitação nº 6/2021/COLIC-EPL/GELIC-EPL/DGE-EPL, o Presidente da Comissão de Licitações – RCE nº 05/2021 entendeu que, em atendimento às diligências expostas por essa Comissão Especial de Licitação, restou-se condicionada a manifestação técnica favorável da unidade demandante acerca da habilitação técnica do CONSÓRCIO EC – RSA, bem como houve a apresentação de toda a documentação acerca da qualificação econômico-financeira pela RICCI e SANTOS SOCIEDADE DE ADVOGADOS (RSA), de acordo com os anexos III a VI do Edital de licitação. 9. Diante disso, o Consórcio EC – RSA supostamente atendeu aos requisitos previstos no Edital RCE nº 05/2021, culminando pela aceitação/habilitação da empresa Eagle Consultoria Econômica e de Engenharia LTDA. 10. Contudo, conforme será demonstrado abaixo, o Consórcio não atendeu aos requisitos para ser habilitado, sendo incontestável a necessidade de declaração de nulidade do Parecer de Habilitação nº 6/2021/COLIC-EPL/GELIC-EPL/DGE-EPL. 11. É o que se passa a demonstrar. II – DAS RAZÕES PARA A DESCLASSIFICAÇÃO A. DA INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA 12. De acordo com a Nota Técnica nº 7/2021/ASSDPL-EPL/DPL-EPL, o Diretor de Planejamento ao analisar a habilitação técnica da licitante que ofertou o menor valor no âmbito do Edital RCE nº 05/2021 corretamente entendeu que a proposta do Consórcio Eagle-Ricci é manifestamente inexecuível, uma vez que é 70% menor do que "média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração. 13. Rememorando, o Instrumento convocatório determina, em seu item 7.3.1, que: IMAGEM - NÃO APARECE AQUI 14. Ocorre que, sendo de R\$ 9.414.500,00 (nove milhões, quatrocentos e quatorze mil e quinhentos reais) o valor orçado pela Administração e, considerando que a média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% do valor orçado pela Administração é de R\$ 6.445.047,64 (seis milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, quarenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), inferior ao valor orçado, em conformidade com a cláusula supracitada, qualquer proposta inferior a R\$ 4.511.533,35 (quatro milhões, quinhentos e onze mil e quinhentos e trinta e três reais e trinta e cinco centavos) - 70% menor que a média aritmética, será considerada inexecuível. 15. Para melhor elucidar o raciocínio, vejamos o quadro abaixo: Valor EPL R\$ 9.414.500,00 Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% do valor orçado pela Administração R\$ 6.445.047,64 70% da média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% do valor orçado pela Administração R\$ 4.511.533,35 16. Assim, verifica-se que as duas primeiras colocadas possuem proposta não exequível com base no item 7.3.1 do Edital. Vide: Empresa Proposta Valor inexecuível Situação EAGLE 2.900.000,00 4.511.533,35 Inferior HOUER 3.389.000,00 4.511.533,35 Inferior LOGIT 4.545.142,91 4.511.533,35 Superior FERNANDES 4.964.000,00 4.511.533,35 Superior TPF 5.199.388,98 4.511.533,35 Superior QUANTA 6.283.740,25 4.511.533,35 Superior INFRACEA 6.590.150,00 4.511.533,35 Superior PBFORT 6.688.000,00 4.511.533,35 Superior HOLLUS 6.700.000,00 4.511.533,35 Superior LBR 8.690.054,23 4.511.533,35 Superior 17. Ademais, como se observa na Nota Técnica nº 7/2021/ASSDPL-EPL/DPL-EPL houve o expresse reconhecimento pelo Diretor de Planejamento de que "não há, aqui, faculdade para aplicação do método legal

e editalício para análise de exequibilidade da proposta. Trata-se de dever do gestor aplicá-lo e informar o resultado, que é objetivo". 18. Evidenciando a incongruência, a tabela colacionada na Nota Técnica mostra que a primeira e a segunda empresas com as menores propostas estão desclassificadas: IMAGEM - NÃO APARECE AQUI 19. A Comissão por meio da Nota Técnica nº 8/2021/ASSDPL-EPL/DPL-EPL acatou a justificativa da licitante que, frisa-se, apresentou planilha simplista, sem esclarece a razão pela qual a planilha comprovaria essa exequibilidade da proposta, apenas descrevendo seus itens, para concluir que "a licitante apresentou orçamento coerente com a execução dos serviços a serem contratados", nos seguintes termos: IMAGEM - NÃO APARECE AQUI 20. Como demonstraremos mais adiante, essa digna Comissão foi levada a erro, de modo que sua deliberação merece ser revista. 21. Importante reforçar que o limite imposto pelo instrumento convocatório possui respaldo no art. 48, II, § 1º da Lei nº 8.666/1993. Assim, sendo este critério de aferição da inexecuibilidade da proposta fixado em lei e reproduzido no edital ora questionado, esses parâmetros não podem se afastados, sob pena de afronta à legislação e ao edital, haja visto que prevalece o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, considerando que tal método de cálculo, por ser previsto em lei, estabelece presunção de inexecuibilidade. 22. Acerca do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, o art. 41 da Lei nº 8.666/1993 determina expressamente que: "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". Em outras palavras, considerando que o dispositivo é tão restritivo que se utilizou da expressão "estritamente vinculada", não há espaços para arbitrariedades ou escolhas de licitantes por regras não estabelecidas no edital. Nesse sentido, a Administração deve buscar a proposta mais vantajosa dentro das regras do edital e sem julgamentos subjetivos. 23. De acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU), a não observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório é vício insanável. Vide: "REPRESENTAÇÃO ACERCA DE SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA CONDUÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL PARA A CONTRATAÇÃO DE TRANSPORTE FLUVIAL. OITIVA PRÉVIA. CONFIGURAÇÃO DO PERIGO DA DEMORA REVERSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR PARA A SUSPENSÃO DO CERTAME E DO CONTRATO DECORRENTE. CONSTATAÇÃO DE AFRONTA A NORMAS LEGAIS E A PRINCÍPIOS QUE REGEM AS LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, EM ESPECIAL OS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, DO JULGAMENTO OBJETIVO E DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA. VÍCIOS INSANÁVEIS. PROCEDÊNCIA PARCIAL. FIXAÇÃO DE PRAZO PARA A ANULAÇÃO DO CERTAME E DO CONTRATO DECORRENTE." (TCU – RP: 00820020190, Relator: Augusto Nardes. Data de Julgamento: 09/10/2019, Plenário) 24. Ademais, permitir a comprovação da exequibilidade dos preços ofertados fere o princípio da isonomia ao possibilitar a apresentação de nova proposta de preço, além de não atender ao comando legal que estabelece o objetivo da licitação pública: seleção da proposta mais vantajosa, considerando que nem sempre o menor preço ofertado representa maior vantajosidade à Administração Pública. 25. De qualquer forma, ainda que se admita o afastamento dessa presunção de inexecuibilidade fixada por regra clara do edital, a singela planilha apresentada pelo Consórcio EC – RSA não seria suficiente para isso. 26. De fato, ao apreciar a planilha de orçamento enviada, a Comissão afirmou que: "Analisando-se os itens indicados, valores previstos com serviços de terceiros, passagens e despesas de locomoção, diárias, material de consumo, quantidade e especialidade de profissionais indicados, quantidade de horas alocadas, valor das respectivas remunerações e margem de lucro, vê-se que, apesar do desconto expressivo em relação ao valor estimado da contratação, a licitante apresentou orçamento coerente com a execução dos serviços a serem contratados." 27. Com todo o respeito à competente Comissão, não agiu com o costumeiro acerto neste caso, não havendo adequada motivação para o acolhimento das razões do Consórcio. 28. Isso porque, pela análise do documento enviado não há outra conclusão senão a inexecuibilidade dos serviços elencados, tomando como base os valores presentes no Relatório de Consolidação dos Custos de Mão de Obra e Relatório de Custos Gerais e Benefícios e Despesas Indiretas – BDI disponibilizados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT para o ano de 2021. Explica-se. 29. Na tabela colacionada abaixo é possível observar as propostas apresentadas pelas empresas Eagle e Houer (respectivamente primeira e segunda colocadas). Retirando os custos relativos aos tributos, despesas indiretas, logística, despesas com viagens e o levantamento inicial de infraestrutura (aerofotogrametria, pavimentos e geotecnia), restam os ínfimos valores de R\$ 38.437,28 e R\$ 405.128,80 para o estudo, o que é totalmente inviável levando em conta (i) valores praticados pelo DNIT, que, frisa-se, são baixos e (ii) a quantidade de profissionais eventualmente empregados. Avaliemos: IMAGEM - NÃO APARECE AQUI 30. Primeiramente, constata-se que os valores são irrealizáveis, tendo em vista que, considerando os parâmetros do relatório de custos gerais e benefícios e despesas indiretas do DNIT – tributos e despesas indiretas –, um orçamento otimizado do deslocamento logístico para o levantamento dos passivos ambientais e inventário do sítio e um valor mínimo para os levantamentos de infraestrutura iniciais (aerofotogrametria, pavimento e geotecnia), o valor do orçamento disponível para realização do restante do estudo, em número absoluto, é consideravelmente baixo. 31. Como exemplo da inviabilidade, atentando-se aos valores de levantamento de infraestrutura (aerofotogrametria, pavimento e geotecnia), em cotação ao mercado, empresas conceituadas estimaram preços ainda maiores para a execução dos serviços, contemplados para 8 (oito) aeroportos, localizados no estado do Amazonas – AM. Em uma cotação recebida de empresa renomada, estas 3 (três) dimensões com seus respectivos custos de deslocamento logístico foram estimadas em R\$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais). Em outra cotação de empresa de levantamentos especializada, o custo do levantamento parcial de apenas 2 (duas) dimensões – aerofotogrametria e geotecnia – sem os custos de deslocamento logístico, foi estimada em R\$ 1.100.000,00 (hum milhão e cem mil reais). É importante frisar que esses levantamentos são especializados e, raramente, feitos por uma mesma empresa. Além disto, o deslocamento e disponibilização de equipamentos específicos e pesados na região – cujas distâncias são comparáveis à extensão da Europa Ocidental – é custoso, para além dos ensaios geotécnicos que precisariam ser transportados para laboratórios específicos fora da região. 32. Com base nos valores apresentados, os orçamentos disponíveis para cada um dos 8 (oito) aeroportos, os valores mensais seriam: IMAGEM - NÃO APARECE AQUI 33. Ademais, utilizando os valores dos profissionais juniores, com fundamento na Tabela 01 -





proposta comercial incompleta, balanço em desconformidade com a lei e Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal desatualizado, em desconformidade com o estabelecido nos arts. 1.181, § único e 1.184, § 2º, do Código Civil, art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021 e item 7.3 do edital licitatório. (ii) A desclassificação da empresa HOUER CONSULTORIA E CONCESSOES LTDA, sem prejuízo de nova manifestação em relação a segunda colocada, em momento posterior, na forma do Edital e da Lei, em face da apresentação de: a. proposta inexecutável, conforme preceituam o item 7.3.1 do Edital e o art. 48, II, § 1º da Lei nº 8.666/1993. Termos em que, Pede deferimento. São Paulo, 16 de junho de 2021 DIOGO BARRETO MARTINS Sócio - Diretor Logit Engenharia Consultiva Ltda

### Contrarrazão

#### 17.940.831/0001-46 - EAGLE CONSULTORIA ECONOMICA E DE ENGENHARIA LTDA

**Data/Hora:** 23/06/2021 16:39

**Motivo da Contrarrazão/Justificativa da Desistência:** À COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO RCE ELETRONICO N.º 05/2021, Processo n.º 50840.100485/2021-50 Interessado: Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL Assunto: Análise dos documentos encaminhados em sede de diligência pelo consórcio formado pelas Empresas Eagle Consultoria Econômica e de Engenharia LTDA. e Ricci e Santos Sociedade de Advogados, no âmbito do EDITAL RCE n.º 05/2021. CONSÓRCIO EC – RSA, formado pela Empresa Eagle Consultoria Econômica e Engenharia Ltda. ("EC Projetos") e pela Ricci e Santos Sociedades de Advogados ("RSA"), devidamente qualificadas nos autos do processo de número em epígrafe, vem, respeitosa e tempestivamente, à presença de Vossa Senhorias, apresentar CONTRARRAZÕES ao recurso interposto por LOGIT ENGENHARIA CONSULTIVA LTDA., também devidamente qualificada nos autos do processo de número em epígrafe, contra a decisão que declarou habilitado o CONSÓRCIO EC – RSA no processo licitatório em epígrafe, consoante motivos de fato e de direito a seguir aduzidos: I. A TEMPESTIVIDADE De acordo com o Edital RCE n.º 05/2021, o prazo para apresentação de contrarrazões é de cinco dias, conforme Item 11.2.2. Ainda de acordo com o Item 11.2.2., o dies a quo para apresentação de contrarrazões é a data final para apresentação de recurso. Considerando a data fatal para interposição de recurso era o dia 16 de junho de 2021, o prazo para apresentação de contrarrazões está previsto para findar em 23 de junho de 2021, de modo que se considera tempestivo a petição atravessada na presente data. II. A SÍNTESE DAS CONSIDERAÇÕES DESENVOLVIDAS EM SEDE DE RECURSO No recurso interposto por LOGIT ENGENHARIA, defende-se a incorreção da decisão que declarou a habilitação do CONSÓRCIO EC – RSA para o presente procedimento licitatório, em razão dos argumentos abaixo elencados: • Inexequibilidade da Proposta • Ausência de Cumprimento de Capacidade Técnica Profissional; • Informações financeiras incompletas; Na sequência, conforme se verá, será demonstrada a incorreção da linha argumentativa desenvolvida pela LOGIT ENGENHARIA, com a consequente manutenção da decisão que entendeu por declarar a habilitação do CONSÓRCIO EC – RSA para o presente procedimento licitatório. III. O MÉRITO DAS PRESENTES CONTRARRAZÕES De saída, observa-se que a RECORRENTE, em seu recurso, defende que o Consórcio EC – RSA deveria ser desclassificado em razão da suposta inexequibilidade da oferta por ser inferior a 70% da média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado pela empresa pública. A linha argumentativa desenvolvida, contudo, não merece ser acolhida! Nesse sentido, observa-se que a questão da exequibilidade foi questionada pela Comissão de Licitação e, uma vez apresentada planilha com os custos relacionados ao projeto, concluiu-se que o Consórcio EC – RSA havia apresentado orçamento coerente com a execução dos serviços a serem contratados e que por isso a oferta seria exequível. Nota-se que a disposição presente na Lei n.º 13.303/2018 diz respeito a uma presunção relativa de inexequibilidade e que a Administração tem o dever legal de dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta. Nesse sentido, inclusive, sabe-se que o Tribunal de Contas da União, de há muito, pacificou essa discussão por meio da edição da Súmula 262, segundo a qual "o critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas "a" e "b", da Lei nº 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexequibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta". Nem se pode alegar, nesse particular, que o referido entendimento só seria aplicável à Lei 8.666/93, pois quando se compara a redação do artigo 48, inciso II, §1.º, alínea "a" e "b", da Lei n.º 8.666/93 com o artigo 56, inciso III, §3.º, inciso I e II, da Lei n.º 13.303/2018, constata-se que são exatamente as mesmas, de modo que não se justifica a adoção de entendimento diverso. A conduta da comissão de licitação, portanto, foi correta e não comporta quaisquer reparos e, em certa medida, caso seja revisto o entendimento que fora fixado, importaria invariavelmente em uma escolha menos vantajosa e contrária ao interesse público. Especificamente quanto à Ausência de Cumprimento de Capacidade Técnica Profissional, observa-se que esta questão já foi objeto de consideração pela comissão de licitação, sendo determinada a juntada de documentos comprobatórios, com posterior decisão aceitando como suficiente os documentos apresentados, conforme se depreende da nota técnica, de modo que não pode falar em irregularidade, a discussão já se encontra totalmente superada e nem foram trazidos argumentos aptos para afastar a conclusão presente na nota técnica. Como reforço dos fatos que já foram exaustivamente comprovados perante a Comissão de Licitação, nota-se que,

Além da carteira de trabalho que atesta o trabalho desenvolvido pelo coordenador junto ao Laboratório de Transportes e Logística (Labtrans) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), instituição de renome em estudos e projetos de logística do Brasil, foi enviado o Currículo Lattes CNPQ com os diversos estudos realizados em vários modos de transporte ao longo dos últimos 15 anos, conforme relação abaixo, com conhecimento específico de aviação civil, com atuação perante a Presidência d República: 2018 Plano Mestre do Porto de Itaguaí 2018 Plano Mestre do Complexo Portuário de Rio Grande e Pelotas 2018 Plano Mestre do Complexo Portuário de Fortaleza e Pecém 2018 Plano Mestre do Complexo Portuário do Rio de Janeiro e Niterói 2018 Plano Mestre do Porto de Angra dos Reis 2018 Plano Mestre do Porto de Porto Alegre 2017 - 2017 Pesquisas e Estudos para Apoio Técnico à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República SAC/PR no Planejamento do Setor Aeroportuário Brasileiro. Janeiro/2017 2017 - 2017 Pesquisas e Estudos para Apoio Técnico à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SA C/PR no Planejamento do Setor Aeroportuário Brasileiro 2017 - 2017 Pesquisas e Estudos para Apoio Técnico à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC/PR no Planejamento do Setor Aeroportuário Brasileiro 2017 Plano Mestre do Porto de Ilhéus 2017 Plano Mestre do Porto de Natal 2017 Plano Mestre do Complexo Portuário de Recife e Suape 2017 Plano Mestre do Complexo Portuário de Vitória e Barra do Riacho 2016 - 2019 Plano Mestre do Complexo Portuário de São Sebastião - Publicado em 17 de outubro de 2018 2016 - 2019 Plano Mestre do Complexo Portuário de Santos - Publicado em 18 de abril de 2019 2016 - 2018 Plano Mestre do Complexo Portuário de Cabedelo - Publicado em 13 de agosto de 2018 2016 - 2018 Plano Mestre do Complexo Portuário de Imbituba - Publicado em 04 de setembro de 2018 2016 - 2018 Plano Mestre do Complexo Portuário do Itajaí - Publicado em 04 de setembro de 2018 2016 - 2017 Plano Mestre do Complexo Portuário de Santarém - Outubro/2017 2016 - 2017 Plano Mestre do Complexo Portuário de Santana - Outubro/2017 2016 - 2016 Pesquisas e Estudos para Apoio Técnico à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC/PR no Planejamento do Setor Aeroportuário Brasileiro 2016 Plano Mestre do Complexo Portuário de Salvador e Aratu 2016 Plano Mestre do Porto de Areia Branca 2015 - 2018 Plano Mestre do Complexo Portuário do Itaquí - Publicado em 28 de agosto de 2018 2015 - 2018 Plano Mestre do Complexo Portuário de Paranaguá e Antonina - Publicado em 08 de outubro de 2018 2015 - 2017 Suporte à SEP/PR no Planejamento do Setor Portuário Nacional e na Implantação de Projetos de Inteligência Logística Portuária 2015 - 2017 Plano Mestre do Complexo Portuário de Belém e Vila do Conde - Publicado em 04 de dezembro de 2017 2015 - 2017 Plano mestre do complexo portuário de São Francisco do Sul 2015 - 2017 Plano Mestre do Complexo Portuário de Porto Velho - Publicado em 04 de dezembro de 2017 2015 - 2016 Pesquisas e Estudos para Apoio Técnico à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC/PR no Planejamento do Setor Aeroportuário Brasileiro 2014 - 2016 Estudos para Apoio Técnico à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República SAC/PR no Planejamento do Setor Aeroportuário Brasileiro 2014 - 2016 Pesquisas e Estudos para Apoio Técnico à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC/PR no Planejamento do Setor Aeroportuário Brasileiro 2014 - 2016 Pesquisas e Estudos para Apoio Técnico à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC/PR no Planejamento do Setor Aeroportuário Brasileiro 2013 - 2016 Elaboração de Plano de Negócios e Plano de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ, para Desenvolvimento da Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA) 2010 - 2014 Pesquisas e estudos para a logística portuária e desenvolvimento de instrumentos de apoio ao planejamento portuário 2010 - 2010 Análise da Concorrência Modal no Mercado de Fretes de Álcool 2009 - 2011 Aprimoramento da Ferramenta ?Sistema Logístico e de Transportes - SisLog? para Análise de Projetos de Transporte 2009 - 2011 Apoio à ANTT no desenvolvimento de metodologia e instrumento para análises de custos ferroviários 2009 - 2010 Estudos de demanda potencial do porto de Itapoá utilizando sistemas de apoio georreferenciados Se não bastasse a incontroversa presença de capacidade técnica, é preciso que se tenha em mente o objeto da presente licitação, a fim de que não se desnature o requisito da capacidade técnica. Nesse particular, diferentemente do que tenta fazer parecer a RECORRENTE, a capacidade e experiência do Coordenador Técnico não se limita ao âmbito acadêmico – em que pese isso não ser um demérito e se qualifique como algo importante para a própria qualidade e tecnicidade na condução dos estudos – existindo uma sólida experiência na coordenação de atividade de logística no âmbito da Aviação Civil, mais que suficiente para atestar a sua capacidade para ficar a frente do estudo objeto da licitação. Inexistem dúvidas, portanto, que a decisão da comissão de licitação é adequada e que merece ser mantida nos seus precisos termos. No que toca à suposta ausência de documentação da RICCI E SANTOS SOCIEDADE DE ADVOGADOS e EAGLE melhor sorte não assiste à RECORRENTE, tendo em vista que se juntou toda a documentação exigida pela comissão de licitação, em estrita observância ao exigido pelo Edital, o que pode ser constatado pela simples consulta ao sítio eletrônico do certame. No que toca às informações financeiras da Ricci e Santos Sociedade de Advogados, juntou-se os seguintes documentos: • Balanço Patrimonial de 2020, devidamente assinado pelo Sócio Administrador e pelo Profissional Contábil; • Certidão Negativa Federal; • Certidão Negativa Estadual; • Consulta Regularidade do Empregador – FGTS; • Declaração de Índices Balanço, assinado pelo Contador via Certificado Digital; • Declaração de Resultado do Exercício, assinado pelo Sócio Administrador e pelo Contador; e • Primeira Alteração do Contrato Social. No que toca às informações financeiras da EAGLE, juntou-se os seguintes documentos: • Balanço Patrimonial de 2020, devidamente assinado pelo Sócio Administrador e pelo Profissional Contábil; • Declaração Financeira 2020; • Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; • Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial; • CND Estadual; • CND Florianópolis; • Consulta Regularidade do Empregador • Contrato Social; • Relatório Por outro lado, salienta-se que a

RECORRENTE fundamenta seu recurso em supostas omissões que sequer encontram respaldo no Edital e, na absurda hipótese de serem acolhidas, representaria a exigência de requisitos fora dos estritos limites do edital, o que contrariaria o interesse público e a própria isonomia entre os licitantes. É evidente, portanto, que o recurso apresentado não comporta provimento, devendo ser mantida, em seus precisos termos, o entendimento firmado pela Comissão de Licitação que é juridicamente adequado e inteiramente compatível com as previsões constantes no Edital RCE n.º 05/2021 IV. **CONCLUSÕES E PEDIDOS** Ante todo o exposto, firme nas razões acima, requer-se seja negado provimento ao recurso, convalidando a decisão da comissão, que corretamente declarou habilitado o CONSÓRCIO EC – RSA no processo licitatório em epígrafe, mantendo-o válido em sua integralidade. Nesses termos pede e espera deferimento. Brasília, 21 de junho de 2021.

## 22.111.570/0001-91 - HOUER CONSULTORIA E CONCESSOES LTDA

**Data/Hora:** 23/06/2021 11:00

**Motivo da Contrarrazão/Justificativa da Desistência:** AO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÕES DA EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A. (EPL). Ref.: Processo n.º 50840.100485/2021-50. RCE n.º 05/2021. O CONSÓRCIO MODELAGEM AEROPORTO AMAZONAS, já qualificado nos autos, representado pela Empresa Consorciada HOUER CONSULTORIA E CONCESSÕES LTDA, vem, respeitosamente, por intermédio de seu Representante Legal infra-assinado, com fundamento no item 11.2.2 do Edital, apresentar CONTRARRAZÕES RECURSAIS, em face do Recurso Administrativo interposto pela licitante LOGIT ENGENHARIA CONSULTIVA LTDA., oportunamente qualificada, requerendo desde já a MANUTENÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL ofertada pelo Consórcio Recorrido, considerando as razões a seguir expostas: I. TEMPESTIVIDADE 1. Uma vez registradas as razões recursais da Recorrente no Portal de Compras em 16/06/2021, e considerando o prazo de 5 (cinco) dias úteis conferido pelo subitem 11.2.2, tem-se que o prazo para apresentação das contrarrazões termina em 23/06/2021, estando comprovada a sua tempestividade. II. SÍNTESE DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE 2. No que se refere ao Consórcio Recorrido, sustenta a Recorrente em seu apelo não admissível a promoção de diligências destinadas à comprovação, por parte das licitantes, da exequibilidade dos preços ofertados após, num primeiro momento, terem sido considerados como inexequíveis à luz de critérios previstos no Edital. 3. Defende que a realização do procedimento acima referido afrontaria os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e da isonomia, além de prejudicar a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Pública. 4. O raciocínio exposto pela Recorrente NÃO MERECE PROCEDÊNCIA. Como se verá a seguir, ao manter a classificação da proposta ofertada pelo Consórcio Recorrido, a decisão tomada pela douta Comissão Especial de Licitações (CEL) está em sintonia com o PRÓPRIO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO DO CERTAME, e com a MELHOR DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA sobre o tema. III. CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO III.1. Da presunção relativa de inexequibilidade de preços e do dever de realização de diligência para que a licitante demonstre a exequibilidade de sua proposta. 5. Os argumentos defendidos pela Recorrente não são mais que uma tentativa inócua para confundir os membros desta CEL, não indo além do que sua mera insatisfação com a classificação final do certame. 6. Ao questionar a exequibilidade da proposta do Consórcio Recorrido, procura tecer um raciocínio por meio do qual seja possível, aplicando somente os critérios objetivos de aceitabilidade das propostas, estabelecer uma presunção absoluta de inexequibilidade. 7. Com o devido respeito, nem se quisesse poderia o Recorrente estar tão equivocado. Isso porque, de há muito, é sabido que ao verificar a inexequibilidade de uma proposta ofertada durante o certame, deve-se ampla e fartamente oportunizar ao licitante que demonstre a exequibilidade da sua oferta. 8. Portanto, tem-se uma PRESUNÇÃO RELATIVA DE INEXEQUIBILIDADE. E isso pode ser comprovado a partir de 3 (três) ângulos: (a) instrumento convocatório; (b) doutrina; e (c) jurisprudência. 9. O primeiro deles encontra-se nos subitens 6.4 e 7.3.2 do instrumento convocatório do RCE n. 05/2021. Veja: 6.14. A CEL PODERÁ REALIZAR OU PROPOR DILIGÊNCIAS PARA AFERIR A EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA, ou ainda, para ajustar a proposta apresentada pelo licitante melhor classificado, com vistas a atender plenamente ao orçamento estimado pela EPL, compreendendo, para tanto, a readequação dos valores dos serviços que deverão ser contemplados iguais ou inferiores aos estimados, respeitando sempre os valores unitário e global ofertado na Proposta de Preços. (grifamos) 7.3.2. QUANDO OCORRER APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA INEXEQUÍVEL, A CEL EMITIRÁ PARECER OPORTUNIZANDO O LICITANTE COMPROVAR A POSSIBILIDADE DE EXECUÇÃO DE SUA PROPOSTA, com entrega de defesa fundamentada em até 2 (duas) horas, após a solicitação formal da Comissão, podendo este prazo ser prorrogado mediante justificativa fundamentada da licitante e/ou a critério da Administração. (grifamos) 10. Como bem reconhecido pelo próprio Recorrente, estando a CEL "estritamente vinculada" ao Edital do certame, não poderia furtar-se de modo algum ao cumprimento de tais dispositivos. 11. Lado outro, em uníssono às normas do Edital manifesta-se a doutrina, defendendo a obrigatoriedade de se conceder ao licitante a chance de comprovar a exequibilidade de sua proposta. Nesse sentido: "É importante alertar, todavia, que a aplicação dos critérios de aceitabilidade, sejam fornecidos pela lei, no caso de obras e serviços de engenharia; sejam os estabelecidos no edital, nas demais hipóteses, NÃO PERMITE A DESCLASSIFICAÇÃO SUMÁRIA DAS PROPOSTAS, SEM CONCEDER AO LICITANTE A OPORTUNIDADE PARA DEMONSTRAR

A EXEQUIBILIDADE DE SUA OFERTA". (BARCELOS, Dawison; TORRES, Ronny Charles Lopes de. Licitações e contratos nas empresas estatais: regime licitatório e contratual da Lei 13.303/2016, 2.ed., pg. 431, grifamos). "É ILEGÍTIMA A ATITUDE DE DESCLASSIFICAÇÃO SUMÁRIA E ARBITRÁRIA, sob a alegação de inexecuibilidade de proposta, sem devida motivação e SEM A OPORTUNIDADE PARA QUE O LICITANTE DEMONSTRE A EXEQUIBILIDADE DE SUAS PROPOSTAS. Neste sentido, o TCU tem entendido que a desclassificação de proposta por inexecuibilidade pressupõe critérios previamente estabelecidos, motivação e oportunidade para o contraditório, por parte do licitante potencialmente prejudicado" (TORRES, Ronny Charles Lopes de. Leis de licitações públicas comentadas. 11. ed., pg. 724, grifamos) "A inexecuibilidade deverá, evidentemente, ser justificada pela Administração. Nesse sentido, o TCU já decidiu que, na hipótese de desclassificação nessa seara, a justificativa deverá constar da ata de julgamento, com clara definição do critério adotado. Indo além, a Corte de Contas federal concluiu que não cabe à comissão de licitação ou ao pregoeiro declarar inexecuibilidade da proposta da licitante, mas FACILITAR AOS PARTICIPANTES DO CERTAME A POSSIBILIDADE DE COMPROVAREM A EXEQUIBILIDADE DE SUAS PROPOSTAS: (...)" (BITTENCOURT, Sidney. Licitação passo a passo. 7. ed. pg. 499, grifamos) 12. Por fim, cabe trazer ao debate o entendimento jurisprudencial sobre a matéria, já sedimentado por meio de diversos julgados, em especial do Tribunal de Contas da União: Súmula TCU 262: O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas "a" e "b", da Lei 8.666/1993 conduz a uma PRESUNÇÃO RELATIVA DE INEXEQUIBILIDADE DE PREÇOS, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta. (Acórdão n. 3240/2010 – Plenário, grifamos) "(...) 9.2. recomendar à Gás Brasileiro Distribuidora S.A. que oriente os gestores responsáveis em julgar procedimentos licitatórios no sentido de que a desclassificação de proposta por inexecuibilidade deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios previamente publicados, e que DEVE SER FRANQUEADA A OPORTUNIDADE DE CADA LICITANTE DEFENDER A RESPECTIVA PROPOSTA e demonstrar a sua capacidade de bem executar os serviços, nos termos e condições exigidos pelo instrumento convocatório, antes que ele tenha a sua proposta desclassificada; (Acórdão n. 1161/2014 – Plenário, grifamos) "25. Adentrando o mérito, observo que a APRECIÇÃO DA EXEQUIBILIDADE DE PROPOSTAS NÃO É TAREFA FÁCIL, pois há dificuldades em se fixar critérios objetivos para tanto e que não comprometam o princípio da busca da proposta mais vantajosa para a administração. 26. Nessa linha, esta Corte já se manifestou em diversas oportunidades que os critérios objetivos, previstos nas normas legais, de aferição da exequibilidade das propostas possuem APENAS PRESUNÇÃO RELATIVA, cabendo à administração propiciar ao licitante que demonstre a viabilidade de sua proposta. (...) (Acórdão n. 2143/2013 – Plenário, grifamos) "(...) 9.2. determinar à Petrobras, com fulcro no art. 250, inciso II, do RI do TCU e no item 6.25 do Regulamento Licitatório aprovado pelo Decreto nº 2.745/1998, que demonstre objetivamente a desclassificação de proposta por inexecuibilidade, a partir de critérios previamente publicados, e que FRANQUEIE A OPORTUNIDADE DE CADA LICITANTE DEFENDER A RESPECTIVA PROPOSTA E DEMONSTRAR A SUA CAPACIDADE DE BEM EXECUTAR OS SERVIÇOS, nos termos e condições exigidos pelo instrumento convocatório, ANTES QUE ELE TENHA A SUA PROPOSTA DESCLASSIFICADA;(...)" (Acórdão n. 1092/2013 – Plenário, grifamos). 13. Registre-se, ainda, que não se mostra eficiente ou oportuno qualquer expediente destinado a analisar a exequibilidade da proposta ofertada pelo Consórcio Recorrido, ao contrário, revela-se como medida contraproducente e adversa à celeridade do certame. 14. Somente em caso de eventual e futura desclassificação/inabilitação da licitante provisoriamente vencedora do RCE n. 05/2021 é que a proposta do Consórcio Recorrido seria submetida à análise aprofundada da CEL e, na hipótese de haver indícios de sua inexecuibilidade, seria franqueada a oportunidade de comprovar sua exequibilidade. 15. Por fim, cabe rechaçar a tentativa da Recorrente em colocar à prova, por meio de cálculos unilaterais, a formação dos preços apresentados pelo Consórcio Recorridos em sua proposta. Se é certo que nem mesmo à Administração Pública é facultado questionar a margem de lucro e a estratégia comercial dos licitantes ao elaborarem suas ofertas, quem dirá uma das concorrentes se imiscuir nesta seara, como ousou fazer a Recorrente. Nesse sentido: "REPRESENTAÇÃO. DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA POR CRITÉRIO NÃO PREVISTO NO EDITAL. PROCEDÊNCIA. ASSINATURA DE PRAZO PARA ANULAÇÃO DO ATO. POSSIBILIDADE DE RETOMADA DO CERTAME. CIÊNCIA DE OUTRAS IMPROPRIEDADES. ARQUIVAMENTO. 1. Não há vedação legal à atuação, por parte de empresas contratadas pela Administração Pública Federal, sem margem de lucro ou com margem de lucro mínima, pois TAL FATO DEPENDE DA ESTRATÉGIA COMERCIAL DA EMPRESA E NÃO CONDUZ, NECESSARIAMENTE, À INEXECUÇÃO DA PROPOSTA (Acórdão 325/2007-TCU-Plenário). 2. A desclassificação de proposta por inexecuibilidade deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios previamente publicados (Acórdãos 2.528/2012 e 1.092/2013, ambos do Plenário)." (Acórdão n. 3092/2014 – Plenário, grifamos) "Suponhamos uma empresa que, ao otimizar a utilização de seus fatores de produção, minimize seus custos totais. Ao participar de um procedimento licitatório, essa empresa deverá, necessariamente, reduzir sua margem de lucro ou poderá ser selecionada para prestar serviços à Administração, mesmo que sua margem de lucro atinja percentual considerado elevado? A redução poderá ser cogitada, caso desconheça o mercado. Porém, como na maioria das vezes, sendo empresa de mercado, detentora de informações, utilizará de sua vantagem na otimização dos custos para maximizar seu lucro por meio da diferença entre a receita e o custo de produção. ISTO É LÍCITO E ACEITÁVEL." (Acórdão 325/2007-TCU-Plenário, grifamos). 16. Logo, impor ao Consórcio Recorrido o ônus de revelar informações vitais de sua estratégia empresarial, sem que haja necessidade real para tanto na atual fase do certame, vai contra ao que é razoável e aceitável. III.2. Da não violação dos princípios da

vinculação ao instrumento convocatório e da isonomia, ou à finalidade de seleção da proposta mais vantajosa. 17. De igual forma, infrutíferos são os argumentos da Recorrente quanto à suposta violação dos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e da isonomia, ou do óbice quanto à seleção da proposta mais vantajosa à Administração Pública. 18. Como visto, qualquer presunção quanto a inexequibilidade da proposta ofertada pelo licitante é de natureza relativa, sendo que a abertura de diligência para que ele comprove a exequibilidade de sua oferta possui amparo no próprio Edital do RCE n. 05/2021 (subitens 6.4 e 7.3.2), sendo um completo contrassenso alegar possível violação ao princípio da vinculação instrumento convocatório. 19. Por sua vez, como prova do caráter diligente dessa dought Comissão, nota-se que o procedimento acima citado já foi utilizado no curso deste certame, ao oportunizar que o licitante atualmente vencedor demonstrasse a exequibilidade de sua proposta, razão pela qual, acaso o mesmo você facultado ao Consórcio Recorrido, ou a qualquer outro licitante, não haveria descumprimento do princípio da isonomia, mas o contrário, na medida em que se estaria conferindo o mesmo tratamento legal à licitantes em iguais condições de disputa. 20. Vale destacar ainda que não há impedimentos para que a EPL selecione a melhor proposta para atender sua demanda ao manter a classificação da proposta do Consórcio Recorrido, pois além de apresentar um ótimo custo-benefício por meio de seus preços ofertados, bem como comprovar de modo inquestionável possuir capacidade técnica para a execução do objeto, qualquer indício de inexequibilidade poderá ser sanado mediante diligência, sem macular a legitimidade do certame. IV. CONCLUSÃO 21. Ante aos fatos narrados e as razões de direito acima aduzidas, requer-se à Vossa Senhoria que MANTENHA A CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA OFERTADA NO RCE N.º 05/2021, uma vez que o recurso interposto pela licitante Logit Engenharia Consultiva Ltda. não merece prosperar no que se refere ao "Consórcio Modelagem Aeroporto Amazonas". 22. Caso o recurso ora proposto seja remetido à Autoridade Superior, o Consórcio Recorrente requer a apreciação das contrarrazões acima expostas, mantendo-se a classificação da proposta ofertada pelo Consórcio Recorrido no presente certame. Nesses termos, pede deferimento. Belo Horizonte/MG, 23 de junho de 2021. Gustavo Horta Palhares Sócio Administrador CPF: 067.962.796-03

[Voltar](#)